

SEGURANÇA ENERGÉTICA A PARTIR DO PRÉ-SAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE VIA SETORES MILITAR, POLÍTICO, SOCIETAL, AMBIENTAL E ECONÔMICO¹

José Luiz Dellinghausen Neto²

Resumo

O presente artigo procura desenvolver a elasticidade do conceito de segurança energética a partir dos cinco setores de análise (militar, político, societal, ambiental e econômico) propostos por Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde. Para tanto, discutir-se-á, como estudo de caso, o anúncio da descoberta de petróleo na camada do pré-sal brasileira, no ano de 2003 até os dias atuais, e suas implicações para a referida conceituação. Utilizar-se-á, como forma de argumentação e justificativa, documentos oficiais do Estado pátrio, como a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, pronunciamentos feitos por autoridades competentes e

¹ Artigo escrito no ano de 2013.

² José Luiz Dellinghausen Neto é graduado no Curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2014) e graduando do Curso de Direito pela Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA).

outros documentos que são de igual importância para a elaboração deste trabalho. O Brasil, pós-descoberta de petróleo no pré-sal, coloca-se como um dos principais países do mundo a contar com a abundante riqueza de recursos energéticos, notadamente o petróleo; não só em termos econômicos, mas também políticos, sociais, etc. Buscar-se-á responder à dúvida de que o pré-sal, além de benefícios, poderá suscitar questões que exigirão meios e instrumentos dissuasórios do Estado brasileiro na possibilidade de ameaça real/potencial à defesa nacional. Objetiva-se, portanto, fazer uma análise do conceito de segurança energética a partir do pré-sal, sendo este embasado nos setores de análise supracitados e, além disso, apresentar tais setores e trazer ao estudo conceitos como o da securitização, bem como o de tratar a matriz energética brasileira com ênfase no pré-sal propriamente dito.

Palavras-chave: segurança energética. pré-sal. setores de análise. Securitização. petróleo.

Abstract

This article seeks to analyse the concept's elasticity of energy security from five sectors of analyses (military, political, societal, environmental and economic) that were proposed by Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde. It will be discussed, as a case of study, the discovery announcement of petroleum at the pre-salt layer, in 2003, and its implications to that conceptualization. It will be used, as a argumentation and justification method, some Brazilian official documents, such as Política Nacional de Defesa (National Policy of Defense) and Estratégia Nacional de Defesa (National Strategy of Defense), authority speeches and some other documents that can be relevant to this analyzes. Brazil, after the discovery of petroleum in the pre-salt layer, becomes one of the most relevant countries in the world to rely on abundant wealth of energy resources, specially the petroleum; it is not just in economic terms, but also in politics, social, etc. It will be sought to answer the doubt concerning the pre-salt layer that, besides offering benefits, can also offers questions that will call the national defense system in front of potential or real threats. So, the proposition of this

analyzes is to look for the concept of energy security considering the pre-salt layer using the already mentioned sectors of analyzes and, besides that, to present the sectors themselves and bringing to this study concepts such as securitization and the Brazilian energy sources with special attention to the pre-salt layer.

Keywords: energy security; pre-salt layer; sectors of analyzes; securitization; petroleum.

INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, as relações internacionais são marcadas por questões concernentes a temas como guerra e paz, riqueza e pobreza, capacidades militares e expansão do poder. Assuntos relacionados a *high politics*³ estão presentes, portanto, nos mais variados setores desta ciência. Observa-se que a questão da segurança é elemento

³ “*High politics*” é um termo empregado por Joseph Nye e Robert Keohane em “*Power and Interdependence*” (1977, 2001) para determinar que questões relacionadas à segurança e à sobrevivência, notadamente questões militares, estavam em grau maior de importância quando comparadas às questões de “*soft politics*”, estas relativas à economia e questões culturais. (JACKSON, SØRENSE, 2007)

fundamental quando se aborda o realismo, enquanto principal corrente teórica das relações internacionais.

Muito do que se verificava em termos de segurança – a partir do realismo – estava centrado no eixo político-militar, notadamente o último. Perceber-se-ia que a segurança militar era buscada como o principal objetivo de um Estado como forma de proteção. Quando necessário, deveria ser utilizada como instrumento de políticas estatais. Conceitos como “balança de poder” e “ameaças à segurança” eram constantes quando da observação da referida teoria.

Por outro lado, com o fim da Guerra Fria e a emergência de uma nova ordem mundial, os processos de globalização, de interdependência e de integração, novos assuntos são trazidos para o escopo de estudo das relações internacionais. Além disso, assuntos já tratados, como segurança, encontram novas abordagens a partir de novos teóricos e novas correntes de análise.

Dentre essas, destaca-se a contribuição da Escola de Copenhague para os estudos de segurança internacional. O atual *Conflict and Peace Reserch Institute* (COPRI) é, hoje em dia, o ‘berço’ e a ‘casa’ da referida

Escola, onde teóricos (os utilizados como fundamentação teórica deste trabalho) como Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde estão reunidos.

Com uma raiz marcada tanto pelo construtivismo quanto pelo realismo, dependendo do autor e da obra que se analisa, a Escola de Copenhague, conforme observa Huysmans (1998b, p. 482 *apud* DUQUE, Sep./Dez. 2009) teve duas motivações principais: 1) “o interesse, de natureza empírica, em relação à tendência verificada nas agendas de segurança da Europa de considerar as questões não militares como questões de segurança”; e 2) “o interesse acadêmico de formular uma contribuição original para os debates teóricos realizados na área de segurança internacional”.

Assim, tal vertente teórica traz, para o seio do estudo de segurança internacional, conceitos como securitização, o qual será abordado adiante; os níveis de análise centrados tanto no Estado quando no indivíduo; a análise multissetorial da segurança, também abordada adiante; entre outros.

A partir de uma breve análise sobre a Escola de Copenhague e seus pressupostos, é essencial perguntar-se:

o que faz algo ser um fato relacionado à segurança dentro das relações internacionais? Barry Buzan (*et alii*, 1998, p. 21) coloca a segurança como uma questão de sobrevivência. Aborda que “it [fato de segurança] is when as issue is presented as posing an existential threat to a designed referent object⁴ (traditionally, but not necessarily, the state, incorporating government, territory, and society)”.

Buzan ainda coloca, junto a Lene Hansen, que “segurança é sempre um “conceito hifenizado”, está sempre ligada a um objeto de referência específico, a localidades internas e externas, a um ou mais setores e a um modo particular de pensar sobre política” (BUZAN, HANSEN, 2012, p. 37)

Desta forma, pode-se averiguar que uma ameaça existencial, uma vez em relação a um objeto de referência, pode ser tida como uma questão de segurança, uma questão, portanto, relativa à sobrevivência. Esta, por sua vez, não está limitada ao Estado ou a um governo, mas, muito além disso, pode estabelecer junto consigo novos

⁴ “*Referent objects*” ou objetos de referência são coisas que são vistas como existencialmente ameaçadas e são legitimadas a clamar por sobrevivência. (BUZAN *et alii*, 1998, p. 36)

conceitos. Segurança e sobrevivência andam juntas e, assim, ambas abrangem o que Buzan chamou de “conceito hifenizado”.

Importante observar, inclusive, que a segurança esteve restrita a questões meramente militares e, algumas vezes, políticas. Durante o período de Guerra Fria,

definiam-se ESI [Estudos de Segurança Internacional] por meio de uma agenda consideravelmente militar, com pontos que giravam em torno de armas nucleares e uma premissa amplamente introjetada de que a União Soviética representava profunda ameaça militar e ideológica para o Ocidente. (BUZAN, HANSEN, 2012, p. 25)

O crescimento das agendas econômica e ambiental nas relações internacionais no anos 1970 e 1980 e o surgimento de questões de identidade e crime transnacional no anos 1990, juntamente com o amadurecimento das relações entre Estados Unidos e União Soviética, proporcionaram que o alcance original do termo segurança passasse para além do enfoque tradicional político-militar.

As seguranças econômica e ambiental tornaram-se, ainda que de modo

controverso, partes estabelecidas da agenda durante os últimos anos da Guerra Fria, e a elas se uniram, durante os anos 1990, as vertentes da segurança societal (ou identitária), humana, alimentar, dentre outras. (...) os ESI ampliaram-se em direção a vários fluxos distintos, porém inter-relacionados, da literatura. (BUZAN, 2012, p. 25)

Observa-se, assim, que a agenda de segurança já não está mais restrita à área militar ou à área política, ou ambas, e, sim, abrangendo diversos setores de análise que estão “inter-relacionados”, corroborando com a ideia de “conceito hifenizado” supracitada.

Com o alargamento da agenda relativa à segurança internacional, novos conceitos e novas teorias surgem para tentar explicar e, inclusive, determinar questões de segurança. Quatro questões estruturam os Estudos de Segurança Internacional, sejam eles: a) o privilégio do Estado como objeto de referência, seja na forma de segurança nacional ou segurança internacional; b) a inclusão das ameaças internas e externas, bem como conceitos relativos à soberania e a ameaças aos limites territoriais; c) expansão da segurança para além do setor militar e do uso da força; e, d) a segurança como

inextricavelmente ligada à dinâmica de ameaças, perigos e urgência. (BUZAN, HANSEN, 2012, p. 37, 38, 39)

Dentre as quatro questões levantadas acima como estruturantes dos Estudos de Segurança Internacional, bem como o forte vínculo entre áreas diversas da segurança e novos temas associados à esta agenda, a segurança energética surge como um ponto essencial nos mais diversos âmbitos políticos, sociais, acadêmicos, etc. no século XX.

Preocupações com fontes de energia não são recentes, mas o conceito de segurança energética somente ganha força nos últimos anos, recebendo enorme atenção de governantes, estrategistas, acadêmicos e, até mesmo, do público em geral. Várias razões surgem para explicar esse “boom” da segurança energética, dentre as quais Michael T. Klare destaca:

Analysis suggests that the growing emphasis on energy security reflects widespread anxiety about both key aspects of the problem: whether there will be sufficient supplies of energy to meet national requirements in the years ahead, and whether the supplies that are available will be safely transported from point of

production to point of need. This anxiety stems from three key recent developments in the energy field, largely concerned with the global availability of petroleum. These are: (1) fears of the slowdown in the future world petroleum output; (2) a shift in the centre of gravity of world oil production from the global North to the global South; and (3) the explicit targeting of oil facilities by insurgents, terrorists and extremists. (KLARE, 2008, p. 488)

O primeiro caso - o temor da diminuição da extração de petróleo no futuro - está focado, primeiramente, na disponibilidade da indústria do petróleo em oferecê-lo na sua forma crua frente ao aumento dos níveis de consumo. Isto ocorre, ainda que haja estudos que mostrem que a capacidade de produção de petróleo cresceria junto com a demanda pelo óleo⁵, porque há evidências de que “(...) many of the world’s most prolific oilfields are nearing the end of their most

⁵ Considere as projeções a longo prazo feitas pela USDoE (2006: 87, 155): de acordo com a edição de 2006 da *International Energy Outlook* (IEO), o consumo mundial de óleo é esperado que suba de 80 mbd em 2003 para 111 mbd em 2025, o que representa um aumento de 31 mdb. Felizmente, diz a USDoE, a capacidade global de produção de óleo subirá em volume similar neste período, de 82 a 115 mbd. É difícil argumentar com as projeções de aumento da demanda, uma vez que estas são consistentes com as tendências a longo prazo de expansão econômica, taxas de crescimento da população e assim adiante.. (KLARE, 2008, p. 489)

productive years and are about to experience a substantial decline in output⁶". (KLARE, 2008, p. 489)

Além disso, traz-se à luz desta análise o constante declínio da taxa de descobrimento de novos campos de petróleo e a localização dessas áreas como de difícil exploração, não permitindo que o seu potencial seja desenvolvido em sua totalidade. Essas, portanto, refletem as razões para que haja ansiedade quanto à disponibilidade de petróleo no futuro.

O segundo ponto - o deslocamento do centro da produção mundial do petróleo - se relaciona com a percepção de que a produção, baseada no Norte, vem sendo deslocada para o Sul. Klare diz que:

Evidence of this shift is clearly seen in the projections on future global oil output supplied by the USDoE. In 1990, producers in the global North

⁶ O exemplo utilizado pelo autor refere-se à Arábia Saudita, onde Matthew R. Simmons escreveu que "Saudi Arabian oil production 'is at or very near its peak sustainable volume... and is likely to go into decline in the very foreseeable future' (SIMMONS, 2005, p. xv *apud* KLARE, 2008, p. 489). Com isso, pode-se trazer para esta análise a teoria do *Peak Oil*, onde o geofísico norte-americano Marion King Hubbert, "a partir do estudo das características de produção de campos específicos nos EUA, (...) desenvolveu uma teoria para examinar o processo de esgotamento em campos de petróleo. De acordo com a teoria desenvolvida (...), o ritmo de produção de um recurso escasso acelera-se a partir da descoberta e, à medida que os recursos de extração mais fácil ou barata são explorados, atinge um ápice seguido de declínio que tende a zero". (PIMENTEL, 2011, p. 54)

(including the USA, Canada, the North Sea states, Australia, Russia and a handful of others) jointly accounted for 39 per cent of total world oil output; by 2030, their combined share is expected to drop to 26 per cent. Meanwhile, the USDoE (2006: 87, 155) projects a significant increase in the share of world petroleum supply provided by key producing areas of the global South, notably Africa, the Caspian Sea basin and the Persian Gulf; together, the proportion of world consumption accounted for by these three areas is expected to jump from 31 per cent in 2003 to 48 per cent in 2030. (KLARE, 2008, p. 491)

Por fim, tem-se as instalações de produção, transporte, etc. de petróleo como alvos de ataque. Esta razão, enquanto uma das que causa temor sobre o futuro da produção do óleo e, conseqüentemente da segurança energética, está centrada na possibilidade de ataques por parte de terroristas e insurgentes, que veem o Ocidente (mais especificamente os Estados Unidos) como expressão do imperialismo.

Desta forma, pode-se observar que há razões que justificam preocupação acerca da suficiência de energia no futuro. A segurança energética, portanto, está baseada

muito mais em questões relativas ao fim da era do petróleo do que outras fontes de energia.

É possível notar que se está diante de razões que são muito mais voltadas para os Estados Unidos do que propriamente para a realidade brasileira. Porém, é também possível que se faça comparações acerca das duas situações. Por exemplo, o descobrimento do petróleo no pré-sal no Sul global, as reservas petrolíferas em zona econômica exclusiva como alvo de ataque de movimentos transnacionais ou até mesmo países interessados na condição favorável em termos de energia do Brasil.

Este trabalho, portanto, buscará analisar a situação do pré-sal brasileiro - a partir de quatro níveis de análise (militar, político, societal, ambiental e econômico) propostos por Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde - para que se chegue, ou não, à elasticidade do conceito de segurança energética, saindo da abordagem simplista que a considera como meramente a "ability of energy producers to keep pace with rising world demand". (KLARE, 2008, p. 482)

Para isso, desenvolver-se-á, primeiramente, os cinco setores anteriormente mencionados, destacando-

se o processo de securitização como necessário ao entendimento dos mesmos; segundo, far-se-á uma breve análise da matriz energética brasileira e, aprofundando-se, tratar-se-á as questões concernentes ao pré-sal propriamente dito. Por fim, comparar-se-á as implicações do pré-sal, em termos de defesa, por exemplo, aos setores de análise para que, na conclusão, se chegue, ou não, à elasticidade, ou como fala Buzan, ao “conceito hifenizado” de segurança energética.

1 OS CINCO SETORES DE ANÁLISE E SEUS CONCEITOS ACESSÓRIOS

A Escola de Copenhague, ao estabelecer conceitos e quadros analíticos para a análise da segurança internacional, passou por vários momentos, desde tendências realistas, focando no estadocentrismo, até mesmo abordagens pós-construtivistas, culminando com o exame de outros setores de análise.

Atrelada à teoria desenvolvida por Barry Buzan, que colocava os estudos de segurança derivados de ameaças dos setores econômico, político, societal e

ambiental, a Escola de Copenhague manteve o Estado como unidade principal de análise, atrelando-se, portanto, ao realismo. (TANNO, 2003, p. 4)

Ao passar dos anos, com o fim da Guerra Fria e a impossibilidade do realismo prever o fim do confronto bipolar (Halliday, 1999 *apud* TANNO, 2003, p. 5), associado a novas óticas de ver as questões de segurança, dissociadas do conceito estadocêntrico, a Escola de Copenhague volta a mudar seus conceitos no livro *Security: a New Framework for Analysis* (Buzan *et alii*, 1998).

Partindo de contribuições individuais de Ole Wæver (1989; 1995), como o conceito de securitização e o ato da linguagem (*speech act*), a Escola de Copenhague desenvolve seu trabalho sob tais óticas, abordando, no livro *Security: a New Framework for Analysis* (Buzan *et alii*, 1998), cinco setores essenciais para a construção do conceito de elasticidade da segurança energética que este trabalho se propõe.

A prática discursiva surge como uma ferramenta fundamental de análise dentro da Escola de Copenhague, notadamente relativa às questões de securitização (ou des-securitização). Criada por de Ole Wæver (1989) com

influências de John L. Austin, Jacques Derrida, Carl Schmitt e Kenneth Waltz (TAURECK, 2006), o “*speech act*” incorpora à disciplina de relações internacionais a utilização da linguagem (seja oral ou textual) como uma nova referência metodológica com implicações tanto epistemológicas quanto ontológicas. (MOTTA, PIMENTEL, 2013, p. 5)

A securitização, por sua vez, está inserida dentro de três níveis de politização propostos no livro aqui abordado. O primeiro diz respeito à não-politização, onde o Estado nem sequer lida com determinado fato e, portanto, este não é tratado como algo necessário ao debate e a decisões; o segundo, a politização, ocorre quando algo é parte da política pública, requerendo debate e decisões governamentais. (BUZAN *et alii*, 1998, p. 23)

Por fim, o terceiro nível é chamado de securitização, onde determinado fato é apresentado como uma ameaça existencial (que varia de acordo com cada setor) e, por isso, requer medidas emergências que justificariam a tomada de decisões fora dos procedimentos políticos normais. Além disso, interessante observar que “in principle, the placement of issues on this spectrum is

open: Depending upon the circumstances, any issue can end up on any part of the spectrum". (BUZAN *et alii*, 1998, 23 - 24)

(...) Textual analysis (Wæver, 1988, 1995b, 1995c *apud* BUZAN *et alii*, 1998, p. 24) suggests that something is designated as an international security issue because it can be argued that this issue is more important than other issues and should take absolute priority. This is the reason we link the issue to what might seem a fairly demanding criterion: that the issue is presented as an existential threat.

O movimento que faz com que políticas saiam do jogo que já apresenta as regras prontas e seja enquadrado dentro de um tipo especial de políticas, ou ainda sobre elas, apresenta sua dinâmica própria. Além dos objetos de referência e das ameaças existenciais, há dois elementos importantes que dão lugar à securitização: os atores securitizadores e a aceitação do movimento securitizador pelo público em geral.

O primeiro - *securitizing actors* - diz respeito a alguém (ou grupo) que pronuncia o discurso de

segurança. Nesta categoria estão inseridos, geralmente, líderes políticos, governos, grupos de pressão, etc.

Importante ressaltar, por ora, que a ameaça existencial está condicionada ao discurso do ator securitizador. Diz Barry Buzan (*et alii*, 1998, p. 24):

(...) The actor has claimed a right to handle the issue through extraordinary means, to break the normal political rules of the game (e.g., in the form of secrecy, levying taxes or conscription placing limitations on otherwise inviolable rights, or focusing society's energy and resources on a specific task). "Security" is thus a self-referential practice, because it is in this practice that the issue becomes a security issue - not necessarily because a real existential threat exists but because the issue is presented such a threat.

Desta forma, pode-se auferir que o movimento de securitização - o discurso por um ator securitizador - é necessário para o processo de securitização e que a ameaça existencial não necessita ser real, mas que seja tida como tal pelo que assim o faz. Entretanto, surge a necessidade de trazer o segundo elemento supracitado: a aceitação do movimento securitizador. Esta está baseada na coerção, bem como no consentimento do que foi dito.

De acordo com Wæver (1995, p. 35), "... podemos considerar "segurança" como um ato de linguagem. Utilizada desta forma, segurança não nos interessa como um sinal que se refere a algo mais real; a elocução por si só é o ato. Ao pronunciar [segurança] algo é feito (como quando se aposta, faz uma promessa, nomeia-se uma embarcação)...". (*apud* MAYER, 2013a, p. 2)

Uma vez que haja a aceitação do movimento securitizador, tem-se, portanto, uma securitização bem-sucedida. Caso não haja o aceite, tem-se somente um movimento securitizador. " (...) The issue is securitized only if and when the audience accepts it as such" (BUZAN *et alii*, 1998, p. 25).

Motta e Pimentel (2013, p. 6) trazem que "a verificação de uma dinâmica de in(segurança) seria derivada de um processo de construção social, iniciado por meio da elocução de um ato de fala. Posto isso, existe uma clara prevalência na consideração de critérios subjetivos em relação aos objetos".

Uma vez entendido o processo de securitização e a sua dinâmica, é necessário que se pense em uma agenda diversificada concernente à segurança. Como foi visto

anteriormente, a inclusão de novas percepções acerca do tema deste trabalho extravasa a lógica político-militar e passa a integrar uma ótica composta de setores que interagem entre si; são eles: setores militar, político, econômico, ambiental e societal⁷.

Buzan (1991, p. 19 - 20) expõe os níveis de análise da seguinte forma:

Generally speaking, the military security concerns the two-level interplay of the armed offensive and defensive capabilities of states, and states' perceptions of each other's intentions. Political security concerns the organization stability of states, systems of government and the ideologies that give them legitimacy. Economic security concerns access to the resources, finance and markets necessary to sustain acceptable levels of welfare and state power. Societal security concerns the sustainability, within acceptable conditions for evolution, of traditional patterns of language, culture and religious and

⁷ A análise setorial apresentada neste trabalho, a fim de constituir significado amplo ao conceito de segurança energética, está baseada no livro *Security: a New Framework for Analysis* (Buzan *et alii*, 1998). Importante observar que os autores, neste livro, não analisam somente os Estados como objetos de referência; ao contrário, permitem que sejam inseridas formas não-estatais para análise dos objetos de referência. Diz Buzan (*et alii*, 1998, p. 8): "Se uma abordagem multissetorial de segurança for inteiramente cheia de significados, objetos de referência que não o Estado teriam que ser permitidos nessa abordagem. O presente livro estende esta linha argumentativa além disso".

national identity and custom. Environmental security concerns the maintenance of the local and the planetary biosphere as the essential support system on which all other human enterprises depend.

Ao contrário dos realistas que defendem que o único objeto de estudo relativo à segurança são as ameaças militares, o setor militar trazido por Barry Buzan (et alii, 1998, p. 49) não impossibilita que outras ameaças a outros setores também estejam cotadas como tema de segurança.

Neste setor, o processo de securitização encontra-se mais institucionalizado, uma vez que o Estado detém o monopólio do poder de coerção por força da Paz de Vestefália. As elites militares são os porta-vozes das ameaças ao Estado – usualmente o objeto de referência – e aquelas tornam-se os principais atores securitizadores.

It is noteworthy that the most extreme modern form of the state, the European or Westphalian state, has consolidated itself by a progressive disarming of the citizenry and a movement toward an ideal in which the state is the only legitimate wielder of force, both domestically and externally, than those illegitimate

(mostly criminal) armed elements that remain. (BUZAN *et alii*, 1998, p. 51)

A agenda concernente ao setor militar está relacionada, além de possíveis ameaças internas e externas, ao estabelecimento e à manutenção das maquinarias de governo. Além do uso da força, tem-se a legitimação política e a aceitação mútua de condições entre “dominados” e “dominadores” como importantes considerações para esta análise.

Revoluções, terrorismo e organizações criminais podem ser considerados formas de ameaças internas com as quais as elites dominantes deveriam lidar, mantendo a integridade do território, a paz, a ordem, entre outros. Já quanto a ameaças externas – mais relevantes para a análise que se seguirá – estão compreendidas dois tipos de capacidades que devem estar em constante relação. Primeiro, o potencial ofensivo armado e capacidade de defesa do Estado e, segundo, as percepções com relação às capacidades e às intenções do inimigo.

Pela lógica envolvida no processo de securitização, o objeto referente neste contexto está centrado no Estado (ainda que seja possível considerar

outros objetos referentes), uma vez que este é um único ente – em tese – com direito e capacidade de usar a força. Desta forma, os atores securitizadores são os representantes do Estado, exigindo, de certa maneira, poder e capacidade para o convencimento da audiência da ameaça existencial. (MOTTA, PIMENTEL, 2013, p. 6)

The entire interplay of military capabilities between states is deeply conditioned by political relations. At the interstate level, the military security agenda is primarily about the way in which states equip themselves to use force and how their behavior in this regard is interpreted and responded to by other states. (BUZAN *et alii*, 1998, p. 52)

A lógica do setor militar também inclui questões quanto à amizade entre as unidades securitizadoras, bem como a inimizade; as capacidades absolutas do potencial de ataque; a geografia quanto à distância e ao terreno; a história, etc. Assim, destaca o autor a fim de corroborar com esta ideia: “(...) Securitization is essentially an intersubjective process. The senses of threat, vulnerability, and (in)security are socially constituted rather than objectively present or absent”. (BUZAN *et alii*, 1998, p. 57)

Ressalta-se, entretanto, que nem todas as questões supracitadas são relevantes hoje em dia, uma vez que “(...) terrorists and mafias may deliver threats with little concern for distance, and speculation about cyberwar points toward modes of conflict in which distance may not matter much”. (Der Derian, 1992 *apud* BUZAN *et alii*, 1998, p. 59)

Com a recente inclusão das questões ambientais na agenda de relações internacionais, o setor ambiental coloca o meio-ambiente propriamente dito e onexo entre civilização e meio-ambiente como os dois objetos de referência a serem analisados. (BUZAN *et alii*, 1998, p. 76)

In short, environmental security “concerns the maintenance of the local and the planetary biosphere as the essential support system on which all other human enterprises depend” (BUZAN, 1991, p. 19 - 20 *apud* BUZAN *et alii*, 1998, p. 76)

Neste setor, estão presentes dois tipos de agenda que interagem entre si: a agenda específica e a agenda política. Buzan (*et alii*, 1998, p. 71 - 76) explica que:

Although they overlap and shape each other in part, the scientific agenda is typically embedded in the

(mainly natural) sciences and nongovernmental activity. It is outside the core of politics, mainly by scientists and research institutions, and offers a list of environmental problems that already or potentially hamper the evolution of present civilizations. The political agenda is essentially government and intergovernmental. It consists of the public decision-making process and public policies that address how to deal with environmental concerns. As such, the political agenda reflects the overall degree of politicization and securitization.

No tocante à interação entre as duas agenda supracitadas, é importante ressaltar que a agenda específica tem poder político muito limitado e os resultados que tendam à securitização ou somente à politização serão determinados pela aceitação desta agenda nas esferas pública e transnacional (agenda política). (BUZAN *et alii*, 1998, p. 91)

Neste sentido, Grace Tanno argumenta que:

Outra característica do setor é o alto nível de politização das questões, mas baixo nível de securitização. Isto ocorre porque, em sua maioria, problemas ambientais acarretam efeitos apenas no longo prazo, tornando a frase “Se providências não

forem tomadas imediatamente, o meio-ambiente perecerá" falsa. (2003, p. 9)

No mesmo sentido, Buzan (*et alii*, 1998, p. 74) apregoa que:

Concepts such as resource scarcity and sustainability have successfully mobilized public concerns. When picked up by governments and firms, however, these concerns are often merely politicized: they constitute a sub-agenda within the larger political context.

Com isso, as questões ambientais são redirecionadas para agendas de outros setores, aos quais caberá solucionar as consequências das tragédias ambientais. (BUZAN *et alii*, 1998, p. 81 *apud* TANNO, 2003, p. 9)

O setor ambiental apresenta uma grande variedade de casos, os quais não necessariamente devem estar presentes juntos. Destaca-se, à complementação desta análise, os problemas relativos à energia que incluem a prostração de recursos naturais, várias formas de poluição, administração de desastres relativos especialmente à energia nuclear e ao transporte de petróleo e a escassez de energia.

Quando a outro ponto-chave do processo de securitização, os atores securitizadores estão divididos em três tipos, a partir das ideias de Porter e Brown (1991): *lead actors*, *veto actors* e *veto coalitions*. (apud BUZAN *et alii*, 1998, p. 75) Os primeiros, relacionados à agenda específica e à comunidade epistêmica ambiental, estão comprometidos com a ação efetiva nas questões ambientais em casos específicos. Como exemplo, tem-se o Greenpeace e o World Wildlife Fund (WWF).

Veto actors, compreendendo desde empresas, Estados e até mesmo certos tipos de lobby⁸, são aqueles que tentam desconstruir as questões ambientais propostas, usualmente, pelos *lead actors*. Por fim, *veto coalitions* estão centradas em uma ideia não tão específica quando os dois primeiros atores, mas sim em coalisões que podem ser formadas a fim de bloquear algum tipo de acordo ou processo de securitização.

“Brazil, India and China could block an international agreement on climate change by refusing to

⁸ O poder de veto entre Estados e empresas é diferente, pois nestas existe uma falta de soberania formal. Entretanto, elas podem ter, em alguns casos, poder de veto. Monopólios ou quase monopólios em tecnologias, conhecimento e implementação são formas pelas quais um Estado pode ser pressionado e coagido a abandonar sua posição por um empresa, por exemplo. (BUZAN *et alii*, 1998, p. 78)

curb the use of fossil fuels in their own development programs” (PORTER, BROWN, 1991, p. 17 apud BUZAN *et alii*, 1998, p. 77 - 78)

O setor econômico, por sua vez, apresenta posições ideológicas distintas entre si que tornam difíceis as análises referentes à segurança econômica. Uma vez que a insegurança faz parte da ótica capitalista-liberal⁹, surgem consideráveis posições divididas entre mercantilistas e neomercantilistas, liberais e socialistas¹⁰.

Uma vez que o cenário é de insegurança, como é possível definir segurança econômica no contexto

⁹Ainda que liberais tenham tradicionalmente argumentado que o livre mercado gera uma harmonia de interesses, essa doutrina, se é verdadeira, só é aplicável dentro da esfera econômica. Não há evidências que interesses econômicos divididos podem ultrapassar outras fontes de disputa política, especialmente quando as condições necessárias para o seu padrão de busca estão em sérias contradições com as estruturas políticas aceitas. (BUZAN, 1983, p. 141 - 142). Além disso, “a condição normal dos atores em uma economia de mercado é o risco, competição agressiva e incerteza”. (BUZAN, 1983, p. 120).

¹⁰ Mercantilistas e neomercantilistas colocam as políticas primeiro, encarnando tanto propostas políticas quanto sociais pelas quais a riqueza é gerada e promovendo a segurança necessária para o funcionamento de empresas e mercados. Liberais colocam a economia primeiro, argumentando que o mercado deveria se auto-operar o mais livre possível. O Estado seria responsável apenas para promoção da lei e do aparato político-militar relativo à segurança. Os socialistas, por sua vez, agem em favor dos economicamente fracos e contra os fortes através de objetos políticos e sociais de justiça e igualdade. (BUZAN *et alii*, 1998, p. 95 - 96)

capitalista? Grace Tanno, ao citar Barry Buzan (1991), diz que:

O paradoxo é bem explicado (...): “Aqui está o paradoxo central: se os atores devem estar inseguros, o que “segurança econômica” significa no contexto de mercado?”. Ele mesmo responde argumentando que o dilema é resolvido quando se estabelece que a segurança econômica constituirá ameaça no momento em que ultrapassar a esfera econômica, estendendo-se para as esferas militar e política. (TANNO, 2003, p. 9)

Neste contexto, portanto, surge uma agenda variada concernente à segurança energética. Por exemplo, a habilidade do Estado em manter a capacidade de produção militar independente no mercado global; o medo em relação à possibilidade de crises que seria gerado por uma fraca liderança política; o lado negro do capitalismo na sua forma de mercado ilegal de drogas, etc. Evidencia-se, entretanto, o seguinte caso como parte da agenda deste setor:

The possibility that economic dependencies within the global market (particularly oil) will be exploited for political ends or, more broadly, questions of the security of supply when states abandoned the

inefficient security of self reliance for
the efficient insecurity of dependence
on outside sources of supply.
(BUZAN et alii, 1998, p. 98)

Na lógica do setor econômico, as questões relativas a objetos de referência e atores securitizadores adquirem uma gama bastante grande de possibilidades, abrangendo desde empresas, passando por Estados, até mesmo à economia global. Obviamente, cada um destes processos adquire maior ou menor respaldo de acordo com o tipo de ideologia observada.

Barry Buzan, por colocar o liberalismo como melhor forma de economia política tanto em termos militares quanto econômicos (TANNO, 2003, p. 9), apregoa que a lógica da segurança econômica para os Estados¹¹ é, em geral, similar àquela para os individuais¹², ou seja, que assim como existem necessidades básicas humanas, existem necessidades básicas estatais. A menos

¹¹ Ainda que todos os setores trabalhados por Barry Buzan (*et alii*, 1998) possam ser entendidos de acordo com o objeto de referência a ser analisado, optou-se por tratar somente o Estado e suas derivações – como suas necessidades básicas, aí incluindo àquelas relacionadas às fontes energética – como objetos de referências, uma vez que a construção do conceito de segurança energética está baseado no Estado e no pré-sal, um bem da União e conseqüentemente de todos os brasileiros.

¹² Para os indivíduos, segurança econômica pode ser entendida em termos de necessidades básicas humanas. Os indivíduos ou morrem ou vivem de acordo com a promoção das necessidades básicas para sustentar a vida humana: comida adequada, água, vestimenta, etc. (BUZAN *et alii*, 1998, p. 104)

que o Estado seja autossuficiente em fontes para alimentar a indústria e a população, ele carecerá de recursos externos. Uma vez que estes recursos estejam ameaçados, a economia nacional pode ser legitimamente securitizada. (BUZAN *et alii*, 1998, p. 105)

Os atores securitizadores seriam, desta forma, os representantes do Estados, uma vez que aqui optou-se por tratar somente dos Estados e suas necessidades básicas como objetos de referência.

Quanto ao setor político, deve-se compreender que, de certa forma, toda a questão de segurança é política (JAHN, LEMAITRE, WÆVER, 1987; AYOUB, 1995 apud BUZAN *et alii*, 1998, p. 141). Todo o processo de ameaça e defesa é político, bem como os atos de politização e securitização (como uma politização extremada). Entretanto, a ideia deste setor está baseada nas ameaças que tem por objetivo abalar ou destruir a estabilidade organizacional do Estado. A soberania estatal relativa às questões não-militares é o cerne da análise deste setor.

Buzan (1991, p. 188ff) argumenta que segurança política é:

Political threats are aimed at the organizational stability of the state. Their purpose may range from pressuring the government on a particular policy, through overthrowing the government, to fomenting secessionism, and disrupting the political fabric of the state so as to weaken it prior to military attack. The idea of the state, particularly its national identity and organizing ideology, and the institutions which express it are the normal target of political threats. Since the state is an essentially political entity, political threats may be as much feared as military ones. This is particularly so if the target is a weak state.

O Estado soberano está constituído de três pilares que podem ser alvo de ameaças e vulnerabilidades: ideias, base física e instituições (BUZAN, 1991, capítulo 2 *apud* BUZAN *et alli*, 1998, p. 150). Quando qualquer uma delas sofrer algum tipo de ameaça, estar-se-á diante ou de um abalo ou de uma destruição da estabilidade organizacional do Estado. Portanto, a soberania estatal estará “ferida”.

As ameaças ao setor político derivam da legitimidade interna da unidade política, relacionando-se principalmente à ideologia que o Estado adota, e do

reconhecimento externo do Estado, ou seja, sua legitimidade externa. Neste sentido, o Estado, remetido pelo seu território ou seu governo, por exemplo, é tratado como um dos principais objetos de referência nesta análise¹³ e seus líderes são, portanto, os atores securitizadores.

Por fim, o setor societal¹⁴, advindo do livro *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europa* (WÆVER *et alii*, 1993), trata das ameaças à sociedade que partem das ideias e das práticas que identificam indivíduos dentro de um grupo social. Buzan (*et alii*, 1998, p. 119) traz que “society is about identity, the self-conception of communities and of individuals identifying themselves as members of a community”.

¹³ “A rejeição do estadocentrismo que caracterizava a teoria de Buzan fez com que a Escola passasse a definir que, além dos Estados e seus componentes, princípios e outras entidades políticas possam também constituir objetos de referência no campo da segurança no setor político. Assim, cidades-estados, impérios, teocracias, tribos, linhagens dinásticas e movimentos transnacionais são igualmente reconhecidos como objetos de referência no setor”. (TANNO, 2003, p. 8) O fato da posição estadocentrista ter sido abandonada não implica na exclusão do Estado como ator, mas na inclusão de outros atores com o mesmo peso, dependendo das circunstâncias. Esta análise, entretanto, privilegia o Estado como principal ator, uma vez que o pré-sal é o estudo de caso.

¹⁴ Segurança societal não significa o mesmo que segurança social. Enquanto a segunda diz respeito a indivíduos e é largamente econômica, segurança societal trata das coletividades e das suas respectivas identidades. Ocorre quando é tomada alguma ação para que haja a defesa do “nós” identidade. (BUZAN *et alii*, 1998, p. 120)

Wæver (*et alii*, 1993, p. 23) citado por Grace Tanno (2003, p. 8) diz que:

Nesta base, podemos concluir que no sistema internacional contemporâneo, segurança societal se refere à habilidade de uma sociedade de permanecer com suas características essenciais sob condições mutáveis e ameaças possíveis. Especificamente, é sobre a sustentabilidade dentro de condições aceitáveis para a evolução de padrões tradicionais de língua, cultura, associação, identidade e costumes religiosos e nacionais [...] segurança societal se refere a situações em que sociedades percebem a ameaças em termos de identidade.

A segurança societal, portanto, está embasada nas ameaças que surgem (em termos de identidade) à sobrevivência de uma comunidade como tal. Obviamente, por tratar-se de “identidade”, esta varia de acordo com a interpretação¹⁵ de cada comunidade ou de cada objeto de referência a partir do seu ator securitizador.

The referent objects in the societal sector are whatever larger groups carry the loyalties and devotion of

¹⁵ As vulnerabilidades entre as diferentes sociedades depende de como a identidade é construída. Portanto, elas são diferentes umas das outras. (BUZAN *et alii*, 1998, p. 124)

subjects in a form and to a degree that can create a socially powerful argument that this “we” is threatened. (...) In the present world system, the most important referent objects in the societal sector are tribes, clans, nations (and nationlike ethnic units, which other call minorities), civilizations, religions and race¹⁶. (BUZAN *et alli*, 1998, p. 123)

Quanto à agenda, o setor societal abriga pelo menos três tipos de ameaças percebidas (ainda que seja possível que se incluam mais ameaças, uma vez que ela é definida de acordo com o objeto de referência): a migração; a competição horizontal, onde as pessoas mudam seus hábitos e costumes pela influência da cultura vizinha; e, por fim, a competição vertical, onde as pessoas não se enxergam mais como membros daquela comunidade por fazerem parte de um projeto integracionista ou secessionista¹⁷.

Os setores aqui analisados, portanto, estão condicionados pela lógica do objeto de referência como

¹⁶ Os atores securitizadores variam de acordo com o tipo de objeto de referência. Se tratarmos de uma nação, que quase sempre compreende o que é entendido por Estado, teremos os representantes estatais como os atores.

¹⁷ Grace Tanno observa que “Nos dias de hoje, o aumento na densidade de interação entre as unidades do sistema internacional gera ameaças tanto para Estados quanto para nações. Mais frequentemente, ameaças societais encontram-se em Estados fracos, em que sociedade e Estados não se harmonizam. Nestes, os próprios governos poderão ameaçar identidades que lhes são hostis”. (2003, p. 8)

passível de ameaça e pelo ator securitizador, que ‘determina’ tal ameaça – em um processo puramente subjetivo – e propõe o movimento securitizador, dependendo a securitização da aceitação por parte do público.

Na fundamentação teórica utilizada aqui, o Estado surge como um dos principais objetos de referência para questões de politização e securitização. Ainda que a abordagem proposta pela Escola de Copenhague, notadamente por Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde (1998) esteja fora da ótica estadocêntrica, porém também a incluindo, aquela surge como importante objeto de referência para analisar a camada do pré-sal brasileiro, pois este, enquanto bem da União¹⁸, é também bem do Estado. As ameaças que tiverem o pré-sal como alvo serão, portanto, direcionadas à União e, por óbvio, ao Estado.

¹⁸ De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), “os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva são bens da União” (artigo 20, inciso V).

2 A MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA E A CAMADA PRÉ-SAL

A camada pré-sal, encontrada sob uma profunda camada de rocha salina entre os Estados de Santa Catarina e Espírito Santo, coloca o Brasil em uma das posições mais favoráveis quanto à descoberta e à exploração de petróleo no mundo. Ainda que a exploração apresente desafios, é sabido que estes serão válidos quando da observação da qualidade e da quantidade de óleo existente nesta área.

É difícil ainda especular sobre a quantidade total de petróleo existente nesta área, ainda que haja pessoas que falem algo em torno de 70 a 100 bilhões de barris. A Petrobras afirma que, no Campo de Tupi, na Bacia de Campos, são estimados entre 5 a 8 bilhões de barris equivalentes do petróleo (óleo e gás juntos). O Campo de Guará, na mesma Bacia, apresentaria entre 1.1 a 2 bilhões de barris. (PETROBRAS, 2013²)

O anúncio da descoberta de petróleo na camada pré-sal, em 2003, pode ser considerado um dos momentos épicos quanto à geração de energia no Brasil. As quantidades de óleo que podem ser exploradas na

profunda camada de rocha salina fazem com que o país possa, cada vez mais, inserir-se internacionalmente no mercado desta commodity.

Além disso, o petróleo que será extraído da zona econômica exclusiva brasileira representará o fim da dependência externa deste produto, o que, de acordo com a, deverá ocorrer por volta de 2020.

Muito já foi falado e especulado em relação à autossuficiência brasileira em petróleo desde o ano de 2006. Entretanto, a posição brasileira é bastante peculiar, uma vez que se omitiu, àquela época, que a autossuficiência estava relacionada somente ao volume de petróleo produzido internamente como igual ou maior que o consumo dos derivados.

A gasolina, o querosene de aviação e o óleo diesel são exemplos de produtos derivados que o Brasil nunca alcançou a autossuficiência e, de acordo com a Petrobras, somente a alcançara no ano de 2020, quando a produção chegará ao patamar de 4,2 milhões de barris de petróleo por dia. (PETROBRAS, 2013¹)

Importante ressaltar, também, que o país vive um momento, desde o ano de 2012, de não-autossuficiência, ou seja, onde a produção de petróleo total e derivados cresceu menos que o consumo destes. Entretanto, já no ano de 2014, a autossuficiência na produção total do óleo deve ser novamente retomada.

Ao lado da atual importância que é dada ao petróleo por parte do governo brasileiro, surge a necessidade de examinar, ainda que de forma não muito extensa, a matriz energética brasileira atual e sua evolução para que possam ser feitas as devidas analogias entre pré-sal e setores de análise e, posteriormente, a formação do conceito-hifenizado de segurança energética.

O desenvolvimento econômico, o processo de industrialização associado ao processo de urbanização e a expansão demográfica foram fenômenos que ocorreram e ocorrem no Brasil. O século XX, especialmente, foi um momento ímpar na evolução da matriz energética brasileira, pois experimentou momento de crise dentro do país, inserção de novas moedas, crises internacionais atrelados ao petróleo, entre outros.

Diante disso, analisa-se a matriz energética pátria a partir da década de 70, momento significativo por apresentar duas crises do petróleo. Naquele ano, a séria história da evolução do consumo de energia e do crescimento populacional indica que a demanda de energia primária era inferior a 70 milhões de tep (toneladas equivalentes de petróleo), enquanto a população atingia 93 milhões de habitantes. No ano 2000, a demanda quase triplicou, atingindo 190 milhões de tep, enquanto a população ultrapassava 170 milhões de habitantes. (TOLMASQUIM, 2007, p. 48)

Junto ao aumento da demanda por energia no país, a composição da matriz energética brasileira sofreu mudanças bastante significativas e que, de acordo com as previsões da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), tendem a perdurar. Entretanto, não se sabe exatamente como variará a matriz energética brasileira ao longo do tempo quando da consideração do petróleo da camada pré-sal. O aumento da participação das fontes renováveis é uma projeção real, mas não se pode descartar a possibilidade de que se tratam de previsões e, neste sentido, o país pode aumentar a sua dependência do óleo.

A matriz energética brasileira, no ano 1970, estava intimamente relacionada à lenha e ao carvão vegetal, responsáveis por 44% da composição daquela. O petróleo e seus derivados apareciam em segundo lugar, com 34%. A cana de açúcar, por sua vez, ocupava um lugar modesto, com 5% do total.

Uma série de políticas é aplicada entre os anos 1970 e 2000, das quais destaca-se, primeiramente, a inovação do Proálcool na década de 80. Diz Souza e Macedo,

Lançado em meados dos anos 70, o Proálcool inicialmente ampliou o uso de etanol anidro misturado à gasolina. Essa mistura já era utilizada desde 1938 e tinha por objetivo a absorção do excedente de produção de etanol e a substituição do chumbo-tetraetila, altamente poluente, como aditivo à gasolina. A partir do segundo choque do petróleo, em 1979, quando o seu preço atingiu novo pico histórico, viabilizou a entrada dos veículos movidos a etanol hidratado no mercado, inaugurando nova fase do Proálcool. O sucesso dessa fase foi tão grande que 95% dos veículos leves produzidos em 1985 eram movidos a etanol hidratado. (SOUZA, MACEDO, 2010, p. 10)

Entretanto, com a queda dos preços internacionais do petróleo, o etanol começa a perder competitividade frente à gasolina. Associado à redução dos incentivos estatais ao projeto, a crise do desabastecimento de etanol ocorre em 1989/1990. A gasolina, portanto, volta a ocupar espaço na matriz energética brasileira. (SOUZA, MACEDO, 2010, p. 10 - 11)

Desta forma, a participação dos derivados da cana-de-açúcar sobe para 11%, juntamente com uma redução para 12% da lenha e do carvão vegetal. O petróleo e seus derivados, entretanto, aumentam sua participação para 46%.

Quanto as estimativas da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), com um consumo de energia primária de cerca de 560 milhões de tep para uma população de mais de 238 milhões de habitantes (TOLMASQUIN *et alii*, 2007, p. 50), o petróleo e seu derivados ainda ocupariam um posição dominante, representando 30% da futura matriz energética nacional, seguidos pelos derivados da cana de açúcar (18%), do gás natural (16%) e da hidráulica e eletricidade (13%).

Neste sentido, entende-se que, ainda que apresente uma redução em sua utilização desde 1970, o petróleo continuará tendo um papel determinante na matriz energética brasileira (e na mundial, certamente), crucial para desenvolvimento do país. Tolmasquim (*et alii*, 2007, p. 79) colocam que:

Em face da política continuada de investimento em exploração e produção de petróleo, estima-se que a produção possa atingir 3 milhões de barris por dia em 2020. Do lado da demanda, o consumo de petróleo deverá seguir trajetória de vigoroso crescimento, acompanhando as condicionantes do cenário macroeconômico.

Adiciona-se a este fato as recentes notícias que especulam que, ao contrário do supracitado, até 2020, com o início da operação de mais 38 plataformas e 4 refinarias, a produção diária de petróleo no Brasil passaria dos atuais 2,1 milhões de barris para 4,2 milhões. (AGÊNCIA PETROBRAS, 2013)

É visível, portanto, que a participação do petróleo no cenário energético nacional diminuiu significativamente ao longo dos anos, o que pode ser auferido, especialmente, ao uso dos biocombustíveis:

etanol e biodiesel. O grande momento do etanol ocorreu com o programa Proálcool, anteriormente mencionado e que, hoje em dia, recebe incentivos somente à isenção de impostos do lado do consumidor (ICTSD, 2007).

Já o biodiesel, enquanto um dos importantes passos à redução da presença dos combustíveis fósseis na matriz energética brasileira, surge como uma alternativa ao uso do diesel – que ocupou e continuará ocupando uma fatia importante da variável petróleo, como se pode observar no gráfico abaixo – utilizado nas frotas de caminhões que dominam o transporte de mercadorias no país. (Gómez *et alii*, 2012, p. 7)

Em 2010, o Brasil importou 10% do diesel consumido, o que corresponde a um total de 5 bilhões de litros. Tais avanços são incentivados pelo governo desde a década de 1970 e aparecem como uma forma de diminuir não apenas emissões de CO₂, como também gastos públicos. Assim, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), de 2004, determina a mistura obrigatória de 2% de biodiesel (5% em 2013) ao óleo diesel comercializado, além de investir diretamente (R\$ 12

milhões) e via Petrobras (R\$ 20 milhões) na pesquisa e distribuição do produto. (Gómez *et alii*, 2012, p. 7)

Assim, em um cenário mundial marcado por teorias e especulações sobre o fim da Era do Petróleo, fica evidente que a opção brasileira pela redução dos combustíveis fósseis é acertada. Neste sentido, adiciona-se que a matriz energética brasileira conta, hoje em dia, com significativa presença das fontes renováveis, sendo estas responsáveis por 42,4% da energia consumida no país, de acordo com o Balanço Energético Nacional 2013. Esse número, aquém das expectativas de muitos ambientalistas e pessoas ligadas ao processo de securitização no setor ambiental, expressa uma realidade completamente diferente do resto do mundo desenvolvido, que conta apenas com 14% de fontes renováveis. (LOBÃO, 2013)

Portanto, nota-se que a participação dos combustíveis fósseis na matriz energética pátria vem sofrendo uma redução bastante significativa, ainda mais quando da observação da possibilidade do fim da Era do Petróleo. Tudo isso se deve a programas implantados pelos governos ao longo dos anos, como o Proálcool. O etanol, associado ao biodiesel, compõem a estratégia a

longo prazo para as questões de segurança energética e sustentabilidade.

Além disso, a energia hidrelétrica apresenta grande importância na geração de energia no cenário nacional, especialmente no que concerne à eletricidade. Sendo assim, esta pode também ser incluída como um dos pilares da estratégia nacional para a segurança energética do país.

Por fim, o pré-sal apresenta a possibilidade de inserção do Brasil no cenário internacional como a quinta maior reserva de petróleo no mundo, ultrapassando a atual décima primeira posição. (COLEMAN, 2012) Os investimentos que serão demandados para a extração de petróleo nas reservas petrolíferas em águas profundas são bastante expressivos, porém não estão além das possibilidades brasileiras.

Esta nova etapa de extração de petróleo coloca o país em uma posição extremamente favorável em um período de “crise” energética frente ao resto do mundo. Entretanto, assim como em outros lugares, estas reservas tendem a atingir seu fim, sendo imprescindível que o Brasil e, especialmente os governos que administrarão o

país nos anos que seguem, saibam lidar com essa situação, não esquecendo a tradição em fontes renováveis adotada pelo país e a atual presença das mesmas, que tendem a aumentar, na matriz energética pátria.

3 A CAMADA PRÉ-SAL E SEUS DESDOBRAMENTOS DIANTE DOS SETORES DE ANÁLISE

Desde o início da Segunda Revolução Industrial, em meados do século XIX, os países projetaram suas indústrias, seus estilos de vida, seus costumes, etc., baseados no petróleo, sendo este responsável, portanto, por uma quantia significativa das matrizes energéticas mundiais, inclusive a brasileira. Nesses mais de 150 anos que seguem a Segunda Revolução Industrial, cada vez mais os países aumentaram sua dependência do óleo, tornando a desvinculação deste uma tarefa bastante árdua.

As especulações acerca do fim da era do petróleo trazem desconfiança quanto “à habilidade dos produtores de energia [notadamente os Estados] em manter seu ritmo

com a crescente demanda mundial” (KLARE, 2008, p. 482). Desta forma, tem-se a grande questão da segurança energética aí presente, ou seja, a possibilidade de manutenção da oferta energética, baseada, principalmente, nos desafios impostos com a escassez do petróleo.

A análise presente neste trabalho, entretanto, não busca analisar as questões referentes ao conceito supracitado de segurança energética, mas averiguá-lo a partir dos cinco setores de análise anteriormente trabalhados. A formação de um conceito elástico, ou ainda hifenizado, dependerá da análise que segue.

Por envolver os setores militar, político, societal, ambiental e econômico e a dinâmica de securitização concernente aos primeiros, a formulação de um conceito amplo de segurança energética também suscita junto consigo elementos necessários à securitização.

Sabe-se que o processo de securitização surge a partir de ameaças detectadas por atores securitizadores que, através de um movimento securitizador, securitizam determinado tema se houver a aceitação por parte do público a que o referido movimento se direciona.

Entretanto, não é possível notar em todos os setores de análise esta dinâmica; ao contrário, enquanto não houver uma ameaça de fato, muitos dos elementos necessários à securitização não podem ser constatados.

Porém, esta análise não fica inviabilizada ainda que não haja ameaça de fato. O que se pretende é trazer a dinâmica de cada setor, considerando-se o pré-sal e o Estado como objetos centrais de referência, a partir da conceituação trazida por Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde (1998). O conceito elástico de segurança energética ficaria completo com tal análise, podendo, obviamente, sofrer alterações com novos fatos que surjam em relação ao pré-sal, ao sistema internacional, ao Brasil, ou, ainda, às ferramentas metodológicas utilizadas.

Enquanto “patrimônio da União, riqueza do Brasil e passaporte para o futuro”, o pré-sal “também apresenta perigos e desafios”. “Se não tomarmos as decisões acertadas, aquilo que é um bilhete premiado pode transformar-se em fonte de enormes problemas (...)”. (LULA DA SILVA, 2009)

Observa-se, portanto, que desde o envio da proposta do Marco Regulatório para o pré-sal, feito em

2009, pelo então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, já havia a preocupação com os “perigos e desafios” presentes no pré-sal. Vários deles já foram superados, como a questão do regime de partilha para exploração de petróleo nesta camada; o leilão do campo de Libra e os *royalties* do petróleo destinados à educação como “passaporte para o futuro”.

Entretanto, muitos outros desafios são colocados frente ao país e frente aos brasileiros quando faz-se referência ao pré-sal. Os recentes eventos envolvendo espionagem internacional e tendo o Brasil como alvo são exemplos claros desses desafios, suscitando-se questões de segurança e defesa.

Diante disso, analisa-se o setor militar a partir da Estratégia Nacional de Defesa (END) e da Política Nacional de Defesa (PND). Como é sabido, o monopólio e a capacidade de usar a força estão restritos ao Estado por força da Paz de Vestfália. Neste sentido, o setor militar tem suas elites como seus porta-vozes e, conseqüentemente, seus atores securitizadores.

Na perspectiva tradicional, o Estado é colocado como o principal objeto de referência e as ameaças que

este poderá sofrer podem advir tanto do interior quanto do exterior. A manutenção e o estabelecimento das maquinarias de governo também é elemento da agenda militar, correlacionando-se com o setor político.

Após um longo período sem que o Brasil participe de conflitos que afetem diretamente o território nacional, a percepção das ameaças está desvanecida para muitos brasileiros. Porém, é imprudente imaginar que um país com o potencial do Brasil não tenha disputas ou antagonismos ao buscar alcançar seus legítimos interesses. (PND, 2013)

Assim, a partir da END e da PND, pode-se discutir a grande importância que é dada às questões de defesa em seus mais variados níveis, baseadas na percepção exclusiva das ameaças externas. A segurança e a defesa nacional constituem-se de conceitos próprios, onde a primeira é “a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais” (PND, 2013) e a defesa nacional “é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da

soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas¹⁹ (PND, 2013).

Além disso, Barry Buzan (*et alii*, 1998, p. 51) traz dois tipos de capacidades que devem estar presentes na análise de qualquer setor militar: o potencial ofensivo armado juntamente com a capacidade de defesa do Estado e as percepções com relação às capacidades e intenções do inimigo.

Dentro de um cenário hipotético, é impossível decifrar quem, de fato, serão os inimigos brasileiros e os respectivos desafios específicos que estes colocarão ao país em decorrência do pré-sal e da posição que o Brasil se encontrará em termos energéticos sem que eles se apresentem, ou ainda, sejam apresentados por algum ator securitizador. Assim, é impossível que se fale das

¹⁹Dois eventos internacionais chamam a atenção quanto a ameaças ao pré-sal brasileiro: a espionagem norte-americana à Petrobras (G1, 2013) e a reativação da IV Frota Norte-Americana para o Atlântico Sul ainda no Governo George W. Bush (LAZZARI, 2009, p. 59). Em ambos os casos, muito especula-se acerca da possibilidade de que a real intenção norte-americana mire o petróleo do pré-sal e seja, portanto, uma ameaça a este. Entretanto, os casos aqui brevemente abordados dão uma ideia do que pode ser colocado frente ao Brasil na defesa do pré-sal; a real percepção de ameaça, a partir da lógica da securitização, somente ocorre a partir do movimento securitizador por parte de um ator securitizador, onde este, através de um ato de linguagem, coloca determinado fato como uma ameaça a um objeto de referência.

capacidades e das intenções do inimigo neste momento. Cogita-se que o inimigo tenha tantas capacidades quanto o Brasil, pois este já reconhece seus desafios e trabalha para superá-los, especialmente nas questões relativas à defesa.

Quanto ao potencial ofensivo armado e a capacidade de defesa, a segunda se sobressai quando da análise dos interesses brasileiros sob o pré-sal e o que este representa. A Política Nacional de Defesa traz que

a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar abre a possibilidade de o Brasil estender os limites da sua Plataforma Continental e exercer o direito de jurisdição sobre os recursos econômicos em uma área de cerca de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, região de vital importância para o País, uma verdadeira “Amazônica Azul”. (p. 5, 2013)

Além disso, no mesmo documento, é endossado que, nesta área de “Amazônica Azul”, “estão as maiores reservas de petróleo e gás, fontes de energia

imprescindíveis para o desenvolvimento do país”, ou seja, “a camada pré-sal”²⁰. (p. 5, 2013)

Neste sentido, a dimensão marítima, assim como a continental e a aeroespacial, são de suma importância para a Defesa Nacional, corroborando com os Objetivos Nacionais de Defesa, onde destacam-se “garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e recursos brasileiros no exterior; conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País”, entre outros. (PND, p. 7, 2013)

Portanto, tem-se a defesa como um dos pilares que norteia a ação brasileira quanto aos interesses estratégicos nacionais sob a camada do pré-sal, trazendo à tona a possibilidade de ameaças externas que podem surgir no decorrer do tempo para o país. O Plano Nacional de Defesa diz que, concernente ao ambiente internacional em que se vive, “neste século, poderão ser intensificadas disputas por áreas marítimas, pelo domínio (...) de energia, cada vez mais escassa”. (PND, p. 2, 2013) Além

²⁰ O documento “Política Nacional de Defesa” traz a ideia que a defesa do país é inseparável de seu desenvolvimento, sendo a primeira “escudo indispensável” a segunda. (2013)

disso, a Estratégia Nacional de Defesa, anexo ao Decreto Nº 6.703, de 18 de Dezembro de 2008, aborda que “se Brasil quiser ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, precisará estar preparado para defender-se não somente das agressões, mas também das ameaças. Vive-se em um mundo em que a intimidação tripudia sobre a boa-fé”. (END, 2008)

Existe a percepção, ainda, na Estratégia Nacional de Defesa, que a análise das hipóteses de emprego das Forças Armadas – para resguardar as águas jurisdicionais brasileiras – não pode desconsiderar as ameaças do futuro. “As diretrizes estratégicas e as capacitações operacionais precisam transcender o horizonte imediato que a experiência e o entendimento de hoje permitem descortinar”. (END, 2008)

A Marinha do Brasil, inclusive, tem por prioridade “assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer concentração de forças inimigas que se aproxime do Brasil por via marítima” (END, 2008), destacando-se as áreas marítimas de importância político-estratégicas, econômica e militar, onde o foco está, entre outros, na

“defesa pró-ativa das plataformas petrolíferas”. (END, 2008)

Além disso, o mesmo documento ainda traz que a Estratégia Nacional de Defesa terá como focos as áreas estratégicas de acesso marítimo ao Brasil, onde a faixa que vai de Santos a Vitória [a principal parte da camada pré-sal] continuará a merecer atenção especial. (END, 2008)

A lógica do setor militar também inclui questões relativas à amizade e inimizade das unidades de securitização, a geografia quanto à distância e ao terreno, a história, a política externa bilateral, etc. Fica evidente que o Brasil não possui vulnerabilidade em relação aos países em seu entorno; ao contrário, demonstra interesses no aprofundamento dos laços não somente com esses países, mas também com países limdeiros da África e do Caribe. (PND, p. 4, 2013)

A presidente Dilma Rousseff destacou, em recente discurso na 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas que “Somos um país democrático, cercado de países democráticos, pacíficos e respeitosos do Direito Internacional. Vivemos em paz com os nossos vizinhos há mais de 140 anos”. (2013)

Entretanto, hoje em dia, muitos desses elementos não são de fato importantes, como a distância, por exemplo, pois a ameaça de uma guerra cibernética é latente. Nas palavras da Presidente Dilma Rousseff, “Este é o momento de criarmos as condições para evitar que o espaço cibernético seja instrumentalizado como arma de guerra, por meio da espionagem, da sabotagem, dos ataques contra sistemas e infraestrutura de outros países”. (ROUSSEFF, 2013)

Neste sentido, os dois documentos supracitados estão também preocupados com o setor cibernético como estratégico para a Defesa do País. (END, 2008; PND, p. 1, 2013). Pode-se perceber, portanto, que há uma relação existente entre o pré-sal, a garantia de segurança a partir da percepção de ameaças externas sobre ele e seus bens acessórios (como as plataformas de petróleo), o uso da defesa e os meios que são necessários à esta, como a ‘independência cibernética’.

As ameaças à soberania estatal, na forma não-militar, são tratadas pelo setor político, anteriormente trabalhado. As ideias, a base física e as instituições são os pilares em que o Estado pode ser ameaçado por outro.

Vale lembrar que toda a questão de segurança é política (JAHN, LEMAITRE, WÆVER, 1987; AYOUB, 1995 apud BUZAN *et alli*, 1998, p. 141) e, portanto, todo o processo de politização, ou ainda, securitização, será impreterivelmente tratado pelo setor político e, dependendo da circunstância, por outro(s) setor(es).

Nesses termos, presume-se que o pré-sal poderá ser alvo de interesses externos, ainda mais quando da análise do setor militar e a percepção de defesa necessária à camada de petróleo.

A possibilidade de se ferir um dos três pilares relativos ao Estado, hoje em dia, é pouco provável de ocorrer no setor político. O Brasil é, sem sombra de dúvidas, um Estado forte, que não possui divisões étnicas que produzam secessionismo, goza de um estabilidade política e organizacional grande, além de instituições democráticas que funcionam. Nas palavras do ex-presidente Lula, o Brasil é “um país que conta com um regime político estável e instituições democráticas em pleno funcionamento”. (LULA DA SILVA, 2009)

Por tratar-se, ainda, de um Estado forte, Barry Buzan (*et alii*, 1998, p. 152) ainda faz uma diferença entre o

Estado forte e o Estado fraco e a relação entre as ameaças no setor político:

The distinction between strong and weak states is important here, because it highlights different degrees of vulnerability to political threat. A strong state will typically be fairly invulnerable in the political sector, it will not be ethnically divided and thus not open to secessionism action. Its government will be neither divorced from the general opinions of its citizens nor dependent upon suppressing views and information and therefore will be fairly invulnerable to external actors supporting oppositional voices.

Por fim, é importante salientar que novas formas de ameaças surgem, especialmente às relativas à espionagem, e podem ser encaradas sob a perspectiva política, bem como sob a militar. Pelas palavras da Presidente Dilma Rousseff, “jamais uma soberania pode firmar-se em detrimento de outra soberania” e, ainda, “o Brasil (...) redobrará os esforços para dotar-se de legislação, tecnologia e mecanismos que nos protejam da interceptação ilegal de comunicações e dados”. (ROUSSEFF, 2013)

O setor econômico, relacionando-se ao dois primeiros, apresenta uma lógica peculiar. A insegurança é elemento essencial quando da análise deste setor, pois vive-se em uma economia de mercado. Desta forma, conciliar segurança econômica e insegurança de mercado ocorre quando as ameaças desta influírem em outras esferas de análise, notadamente a militar e a política.

A agenda neste setor apresenta diversas matizes, onde Barry Buzan (*et alii*, 1998, p. 105) traz que, assim como os individuais, o Estado também apresenta necessidades básicas, ou seja, o Estado carecerá de recursos externos para suprir sua demanda, como o óleo. Isto não ocorre, entretanto, se o país for autossuficiência na referida *commodity*.

A securitização poderia ocorrer quando alguma fonte desses recursos estivesse ameaçada, onde houvesse dependência internacional por parte do mercado brasileiro. Entretanto, no caso pátrio, a partir da análise dos benefícios e das estimativas que o pré-sal traz consigo, pode-se prever o fim da dependência externa por petróleo.

A autossuficiência brasileira em termos de óleo foi alcançada no ano de 2006; porém, hoje em dia, vive-se em

um momento de não-autossuficiência, que desde 2012 a produção total, associada à produção de derivados, cresceu menos que a demanda por estes. Estima-se que, já em 2014, a autossuficiência volte a ser retomada, observando que esta somente em termos totais, não considerando derivados, como a gasolina.

No ano de 2020, com a produção de petróleo alcançando os 4,2 milhões de barris de por dia, o país, de fato, alcançará sua autossuficiência total, inclusive com os derivados. Portanto, o pré-sal representa, no mercado do petróleo, a curto e médio prazo, o fim da dependência externa e, pelo menos no sentido aqui explicitado, o fim de ameaças que o país poderia sofrer a esta *commodity* no setor econômico.

O setor ambiental apresenta sua lógica a partir de duas agendas que se complementam, dependendo uma da outra: a específica e a política. A partir da primeira, existe a constatação dos problemas concernentes ao meio ambiente que já existem ou que potencialmente podem ocorrer, afetando a evolução da civilização. Normalmente, entidades como o Greenpeace, isto é, não-governamentais, fazem parte desta agenda.

A agenda política, entretanto, consiste no processo de tomada de decisões, sendo responsável pela aplicação ou não do que a primeira agenda define como ameaça. Neste sentido, o poder é grande na agenda política e limitado na específica, representando o alto nível de politização neste setor, deixando questões apontadas como relevantes para o meio ambiente em segundo plano.

O movimento securitizador, tendo o meio ambiente como objeto de referência, pode ocorrer a partir dos “*lead actors*”²¹, estes relacionados à agenda específica, onde aqui se estuda o Greenpeace e sua compreensão sobre a exploração de óleo na camada do pré-sal a partir do relatório “*Point of No Return: The massive climate threats we must avoid*” (GREENPEACE, 2013).

No relatório, a partir das previsões já explicitadas de extração de petróleo a 4,2 milhões de barris por dia até 2020, é observado que este feito acarretará a adição de 660 milhões de toneladas de gás carbônico nas emissões globais anuais em 2035. (GREENPEACE, 2013, p. 13) Além disso, aborda a questão da destruição dos ecossistemas

²¹ Para informações adicionais sobre os atores do setor ambiental, consultar página 12.

marítimos, incluídos áreas de acasalamento de baleias e recifes de corais, que ocorreriam com a perfuração dos poços de petróleo na região do pré-sal. (GREENPEACE, 2013, p. 53)

Outro argumento utilizado pelo Greenpeace na tentativa de securitizar o meio ambiente envolve os riscos da exploração do pré-sal, aqui debatidos como riscos consideráveis e desafios técnicos enormes. (GREENPEACE, 2013, p. 52)

The reserves are trapped beneath a hard-to-penetrate layer of salt which is up to 1.9 km thick plus layers of rock almost 5km thick and kilometres of seawater. This poses technical problems and risks not faced by the fossil fuel industry anywhere else in the world. (GREENPEACE, 2013, p. 52)

The technical challenges are enormous and the risks considerable. Furthermore, the amount of oil is just an estimate. The huge platform, shipping and drilling logistics required to extract this oil are not worth the investment as other, cheaper, cleaner sources of energy are already available. (GREENPEACE, 2013, p. 52)

O relatório ainda coloca que a exploração do pré-sal faz com o que Brasil perca a oportunidade de se tornar o primeiro país dos BRICS e a primeira grande economia global a ser completamente abastecida com fontes de energia renováveis. Indo ao encontro do que foi abordado no item 2.1 deste trabalho, o país é um líder mundial quando trata-se das energias renováveis e parece uma ironia o envolvimento com a camada do pré-sal. (GREENPEACE, 2013, p. 53)

A grande contribuição pátria para o uso de fontes de energia renováveis, associada à perspectiva de redução de 39% das emissões de gás carbônico até 2020, podem estar ameaçadas.

The global renewable-energy leadership demonstrated by Brazil is undermined by the dangerous and expensive business of drilling for pre-salt. Exporting dirty, deep-sea oil products masses of carbon pollution that will threaten not only Brazil's, but global efforts, to reduce emissions and limit dangerous climate change. (GREENPEACE, 2013, p. 53)

A lógica do setor ambiental também traz a possibilidade de questões ambientais serem redirecionadas para agendas de outros setores, cabendo a

estes a solução dos problemas decorrentes do mau uso do meio ambiente. Nesse sentido, a Política Nacional de Defesa (2013, p. 3), inerente ao pensamento do setor militar, aborda as questões ambientais como de grande preocupação para a humanidade a partir de países, como o Brasil, tornarem-se alvos de interesse internacional pelas suas reservas de recursos naturais.

Além disso, pelo mesmo documento, “as mudanças climáticas têm graves consequências sociais” (PND, 2013, p. 3). Nota-se, assim, que existe a preocupação em termos societais decorrentes do setor ambiental, corroborando com o sentido de redirecionamento das questões deste setor a outros setores.

Por fim, o setor societal apresenta sua dinâmica situada em termos de ameaças às identidades de uma sociedade. Quando da análise acerca do pré-sal, não existe constatação, na medida em que este trabalho possibilita, de uma relação forte entre ameaças às identidades brasileiras e o aumento das explorações no pré-sal.

A sobrevivência, ou seja, a grande questão que está baseada a segurança, no caso de uma comunidade,

não pode ser considerada ameaçada por questões referentes à camada de petróleo aqui abordada.

Há, entretanto, que se considerar um fato decorrente do pré-sal. Como é sabido, as questões sociais derivam da percepção das coletividades e não somente dos indivíduos. Assim, o pré-sal traz consigo, nas palavras do ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva, “o passaporte para o futuro”. Áreas como a educação das novas gerações, cultura, meio ambiente, combate à pobreza e conhecimento científico e tecnológico seriam prioritárias para investimentos oriundos do lucro gerado pelo petróleo (e, também, gás natural) da camada salina. (LULA DA SILVA, 2003)

Hoje em dia, a Lei N° 12.858, de 9 de setembro de 2013, destina 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do pré-sal para a educação. Assim, em termos sociais, o pré-sal não representa ameaça à sociedade ou às identidades da mesma. Pelo contrário, representa, um oportunidade única ao Brasil, especialmente no que concerne a investimentos na área de educação.

Portanto, quarto setores de análise discutidos – militar, político, econômico e ambiental– contém elementos que permitem colocá-los na situação em que o Brasil se encontra atualmente; situação esta que contém, sem dúvidas, benefícios evidentes ao país decorrentes da exploração do petróleo na camada do pré-sal, mas que já suscita desafios em diversos setores do governo, como a preocupação com as ameaças externas. Além disso, outros elementos inerentes ao processo de securitização já podem ser encontrados nesta análise, como questões de politização e movimento securitizador no setor ambiental.

O pré-sal e o petróleo advindo deste possibilitam que o conceito de segurança energética adquira um significado elástico, contendo, especificamente no caso do pré-sal, questões políticas, militares, econômicas, ambientais e sociais, sendo estas diferentes das encontradas no setor societal, inerentes a ele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descoberta de petróleo na camada do pré-sal brasileiro traz junto consigo grandes oportunidades ao país nas mais diversas áreas, seja energética, social, econômica, entre outras. Hoje em dia, o Brasil consegue ter perspectivas bastante boas em relação ao suprimento da demanda nacional pelo óleo nas próximas décadas.

A consolidação de uma posição estratégica no decorrer do tempo e da gerência dos campos de petróleo na referida região dependerão, em boa medida, da atuação do governo, da Petrobras e também do envolvimento público nos debates que se seguirão tendo o pré-sal como tema.

Porém, como foi observado, a grande quantidade de óleo descoberta na camada do pré-sal trará junto consigo grandes desafios para o país nas mais diversas áreas. Diante das crescentes especulações sobre o fim da era do petróleo, do temor de esvaziando dos campos da referida commodity no Oriente Médio, do deslocamento do centro de produção mundial de petróleo para o sul, entre outros, surgem perspectivas para analisar a questão

da segurança energética nos países. Fica claro que a habilidade de se manter a oferta de energia conforme aumentará a demanda da mesma é, certamente, uma das grandes preocupações nos mais diversos âmbitos dentro e fora de muitos países, como governamentais e acadêmicos.

A grande dependência mundial que se instaurou pelo petróleo desde o início da Segunda Revolução Industrial e o temor do fim da sua era levam a crer que muito do que se tem tratado sobre segurança energética diz respeito muito mais ao petróleo do que outras fontes de energia.

Neste sentido, buscou-se trazer à baila deste trabalho a questão da segurança energética a partir do petróleo do pré-sal brasileiro sob uma nova perspectiva. Não se buscou analisar quais as implicações decorrentes do pré-sal e do petróleo advindo deste para a tradicional abordagem de segurança energética; ao contrário, foi buscado analisá-la a partir de cinco setores de análise que oferecem uma gama bastante grande de possibilidades para tratar das questões de segurança.

A Escola de Copenhague, ao elaborar seus estudos sobre segurança, aborda esta como um “conceito hifenizado” que geralmente está ligado a um ou mais setores de análise. Segurança, nas análises copenhaguistas, diz respeito também à sobrevivência. Segurança energética, no mesmo sentido, pode referir-se às abordagens supracitadas.

A análise multissetorial apresentada por Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde trouxe uma série de elementos que podem referir-se ao caso brasileiro do pré-sal, especialmente questões como o movimento securitizador e a percepção de ameaças externas em decorrência de interesses alheios sobre o pré-sal.

Utilizando-se como estudo de caso o pré-sal brasileiro, pode-se averiguar que segurança energética, a partir da utilização dos cinco setores de análise, apresenta um significado elástico que abrange questões de diversas naturezas, como militares, políticas e ambientais. O setor militar, relacionando-se principalmente à percepção de ameaça externa, segurança e defesa, relaciona-se ao pré-sal ao entender este como vital aos interesses estratégicos

nacionais e, diante do ambiente internacional em que vive, suscetível a interesses alheios.

O setor político, ao abordar as ameaças não-militares à soberania estatal, apresenta uma lógica peculiar no caso brasileiro: por tratar-se de um Estado forte, sem problemas étnicos, gozando de estabilidade política e organizacional, o Brasil é um país onde as ameaças políticas não tendem a ter espaço. Entretanto, um novo conceito de ameaça vem surgindo no cenário internacional: os recentes eventos envolvendo espionagem internacional tendo o Brasil e a Petrobras como alvos, especulando-se que os interesses alheios se dirijam ao pré-sal. Por tratar-se de uma invasão da soberania pátria, estes fatos relacionam-se ao setor político. Além disso, os mesmos fatos podem fazer parte do setor militar, corroborando com a lógica do conceito hifenizado.

Já o meio ambiente, colocado como o principal objeto de referência do setor ambiental, tem o pré-sal como ameaça. Ao contrário da lógica dos outros setores que colocam o pré-sal como objeto de referência junto ao Estado, aqui ele se reveste de ameaça ao meio ambiente como um todo. A percepção de um movimento

securitizador por parte da agenda específica deste setor envolvendo o Greenpeace traz riscos e estimativas que a exploração de petróleo nesta área acarretará, além de abordar que o Brasil perde uma grande chance na produção de energia renovável ao privilegiar o pré-sal.

A exploração de petróleo no pré-sal, ao relacionar-se ao setor econômico, traz grandes benefícios ao país. A percepção de ameaças externas, no caso energético, estaria focado na dependência externa; o Brasil, ao alcançar a autossuficiência total, incluindo os combustíveis derivados do petróleo, a partir do pré-sal, estaria diante de uma situação onde as ameaças deste setor inexistiriam.

O setor societal não se relaciona ao caso do pré-sal. Este setor apresenta sua lógica na percepção de ameaças às identidades, às coletividades. O Brasil, ao elaborar leis com destinação à saúde e à educação com os *royalties* do petróleo, consegue, ao contrário, possibilidades de avanços e benefícios às coletividades, à população em geral.

Diante disso, o conceito de segurança energética, indo além do conceito tradicional empregado a ele e utilizando-se o pré-sal como estudo de caso, apresenta um

conceito elástico, onde questões de diversas naturezas se encontram e, sobretudo, onde setores de análise copenhaguistas conseguem emprega-la, permitindo que vários setores tenham espaço concomitantemente, corroborando com a ideia de conceito hifenizado.

A utilização do pré-sal como estudo de caso possibilita o emprego do setor militar, político, econômico e ambiental para conferir o conceito elástico de segurança energética. A ótica de análise da Escola de Copenhague envolve a percepção de ameaças, que os setores supracitados trazem junto consigo. Não é possível, entretanto, averiguar amplamente o processo de securitização, pois não se conhece exatamente quais as agressões e ameaças e a forma que estas seriam combatidas.

Além disso, neste trabalho, não foi possível constatar ameaças em termos societais, não conferindo elasticidade à segurança energética diante do setor societal. Caberia uma análise posterior, como uma dissertação de mestrado, para analisar mais a fundo a questão societal e o pré-sal brasileiro.

Por fim, é essencial ressaltar que esta análise não é imutável. A utilização de outros aparatos teóricos possibilitaria uma visão diferente, assim como um outro objeto de referência que não o pré-sal. Segurança energética poderia igualmente encontrar significados diferentes se fosse abordada a partir dos biocombustíveis ou da hidroeletricidade. Novos fatos internacionais também podem compor análises posteriores envolvendo os setores aqui abordados.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PETROBRAS. **Produção de petróleo da Petrobras em outubro**. Disponível em: <http://www.agenciapetrobras.com.br/materia.asp?id_editoria=8&id_noticia=975780> Acesso em: 10 nov. 2013.

BUENO, Julio. **A Matriz Energética Brasileira: situação atual e perspectivas**. Disponível em: <<http://www.riocapitaldaenergia.rj.gov.br/Publico/MostrarArquivo.aspx?C=gH1eLtuxzlw%3D>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

BRASIL. **DECRETO N° 6.703, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm>. Acesso em: 12 out 2013.

_____. **LEI N° 12.858, DE 9 DE SETEMBRO DE 2013.**

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12858.htm>. Acesso em: 25 out. 2013.

_____. **MINISTÉRIO DA DEFESA. ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA.** Disponível em:

<<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

_____. **MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Plano Nacional de Energia 2030.** Disponível em:

<http://www.epe.gov.br/PNE/20080512_2.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013.

BUZAN, Barry. **People, States and Fear: an Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era.** Boulder: Lynne Rienner Publishers, Inc., 1991.

_____; HANSER, Lese. **A evolução dos estudos de segurança internacional.** Tradução de Flávio Lira. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

_____; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a New Framework for Analysis.** Boulder: Lynne Rienner Publishers, Inc., 1998.

COLEMAN, Gloria. **The BRIC Energy Balance Sheet. Brazil Powering Growth?** Disponível em:

<http://www.brasilinvest.com.br/eng/press-room/noticia_completa.php?id=32>. Acesso em: 10 nov. 2013.

DUQUE, Marina Guedes. **O papel de síntese da Escola de Copenhague nos estudos de segurança internacional.** In.: Revista Contexto Internacional, vol. 31, N° 3,. Rio de

Janeiro, Set./Dez. 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292009000300003&script=sci_arttext#nt14>. Acesso em: 12 out 2013.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Balanco Energético Nacional 2012**. Disponível em:
<https://ben.epe.gov.br/downloads/Resultados_Pre_BEN_2012.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2013.

_____. **Balanco Energético Nacional 2013**. Disponível em:
https://ben.epe.gov.br/downloads/S%C3%ADntese%20do%20Relat%C3%B3rio%20Final_2013_Web.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2013.

ESTRELLA, Guilherme de Oliveira. **Pré-sal: sua importância e os desafios que se apresentam às Geociências**. Disponível em:
<http://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/v7_1/pdf-v7_1/TD_7-1-editorial.pdf>. Acesso em: 10 out. 2013.

FOLHA ONLINE. **Pré-sal carrega a esperança da autossuficiência**. Disponível em: <>. Acesso em: 17 nov. 2013.

GREENPEACE. **Point of No Return. The massive climate threats we must avoid**. Disponível em:
<<http://www.greenpeace.org/international/Global/international/publications/climate/2013/PointOfNoReturn.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

G1. **Petrobras foi alvo de espionagem de agência dos EUA, aponta documento**. Disponível em:
<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/09/petrobra>

s-foi-alvo-de-espionagem-de-agencia-dos-eua-aponta-documento.html>. Acesso em: 10 dez. 2013.

GÓMEZ, José María; CHAMON, Paulo Henrique; LIMA, Sérgio Britto. **Por uma nova ordem energética global? Potencialidades e perspectivas da questão energética entre os BRICS**. Contexto Internacional, Vol. 34, N°. 2, Rio de Janeiro, Dez. de 2012.

ICTSD- International Centre for Trade and Sustainable Development. **O cenário dos biocombustíveis na América do Sul e a liderança brasileira**. Pontes, Vol. 3, N°. 6, 2007. Disponível em: <<http://ictsd.org/i/News/4415/>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

KLARE, Michael T. **Energy Security**. In.: Security Studies: An introduction. Organizado por Paul D. Williams. New York: Routledge, 2008.

LAZZARI, Paula. **A Política Brasileira de Segurança Internacional no Governo Luís Inácio Lula da Silva**. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21482/000736658.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

LOPES, Gills. **SECURITIZANDO O CIBERESPAÇO. Um estudo comparativo sobre defesa cibernética em sete países**. Disponível em: <http://www.encontronacional2013.abri.org.br/resources/anais/20/1370048266_ARQUIVO_gills-lopes.pdf>. Acesso em: 11 out. 2013.

LOBÃO, Edison. **O Brasil e as fontes renováveis de energia.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1105200809.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

LULA DA SILVA, Luís Inácio. **Pré-sal é o fruto da mão invisível do Povo brasileiro.** Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/pre-sal-e-fruto-da-mao-invisivel-do-povo-brasileiro/>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

MAYER, Guilherme. **A arte de securitizar, parte 2, Introduzindo a teoria.** Cenário Estratégico. Disponível em: <<http://cenarioestrategico.com/?p=1479>>. Acesso em: 08 out. 2013.

_____. **A arte de securitizar, parte 2, o Brasil.** Cenário Estratégico. Disponível em: <<http://cenarioestrategico.com/?p=1585>>. Acesso em: 08 out. 2013.

MOTTA, Bárbara Vasconcellos de Carvalho; PIMENTEL, Cauê Rodrigues. **Escola de Copenhague e a Teoria de Securitização: uma abordagem sobre seus limites conceituais.** Disponível em: <http://www.encontronacional2013.abri.org.br/resources/anais/20/1370047314_ARQUIVO_MOTTA-PIMENTEL-ABRI-TeoriadeSecuritizacao.pdf>. Acesso em: 10 out. 2013.

PASSARINHO, Nathalia. **Dilma diz na ONU que espionagem fere soberania e direito internacional.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/09/dilma-diz-na-onu-que-espionagem-fere-soberania-e-direito-internacional.html>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

PETROBRAS. **Completamos 60 anos com meta de dobrar produção.** Disponível em:

<<http://www.petrobras.com.br/pt/noticias/completamos-60-anos-com-meta-de-dobrar-producao/>> Acesso em: 10 nov. 2013¹.

_____. **Operations in the Pre-Salt.** Disponível em:

<<http://www.petrobras.com.br/en/energy-and-technology/technology-and-research/operations-in-the-pre-salt/>>. Acesso em: 10 nov. 2013².

PIMENTEL, Fernando. **O fim da Era do Petróleo e a Mudança do Paradigma Energético Mundial: Perspectivas e Desafios para a Atuação Diplomática Brasileira.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidente da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas em Nova Iorque.**

Disponível em:

<<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

SOUSA, Eduardo L. Leão de; MACEDO, Isaias de Carvalho. **Etanol e Bioeletricidade. A cana-de-açúcar no futuro da matriz energética.** São Paulo: LUC, 2010.

SILVEIRA, Daniel Claudy da. **Aspectos da Matriz Energética Brasileira após a Descoberta do Pré-sal: mudanças e limites na Estratégia Competitiva Nacional.** Disponível em:

<<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream>

/handle/123456789/733/ASPECTOS%20DA%20MATRIZ%20ENERG%C3%89TICA%20BRASILEIRA%20AP%C3%93S%20A%20DESCOBERTA%20DO%20PR%C3%89-SAL%20MUDAN%C3%87AS%20E%20LIMITES%20NA%20ESTRAT%C3%89GIA%20COMPETITIVA%20NACIONAL%20-

%20Daniel%20Claudy%20da%20Silveira.pdf?sequence=1
>. Acesso em: 17 nov. 2013.

TANNO, Grace. **A contribuição da escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292003000100002>. Acesso em: 22 nov. 2013.

TAURECK, Rita. **Securitisation theory - The Story so far: Theoretical inheritance and what it means to be a post-structural realist**. Presented at the 4th annual CEEISA convention. University of Tartu, 25 - 27 Jun. 2006.

Disponível em:

<<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCgQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ceeisaconf.ut.ee%2Fforb.aw%2Fclass%253Dfile%2Faction%253Dpreview%2Fid%253D164452%2FTAURECK.doc&ei=OMhpUoGkNpTK9gT31ICICA&usg=AFQjCNHD4eFhQK7->

[pmA52igdlZzbxMEcHw&sig2=8WU6r1dsOMNAwxh6Btqn1w&bvm=bv.55123115,d.eWU](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCgQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ceeisaconf.ut.ee%2Fforb.aw%2Fclass%253Dfile%2Faction%253Dpreview%2Fid%253D164452%2FTAURECK.doc&ei=OMhpUoGkNpTK9gT31ICICA&usg=AFQjCNHD4eFhQK7-pmA52igdlZzbxMEcHw&sig2=8WU6r1dsOMNAwxh6Btqn1w&bvm=bv.55123115,d.eWU)> Acesso em: 22 out. 2013.

TOLMASQUIN, Mauricio T.; GUERREIRO, Amilcar.

GORINI, Ricardo. **Matriz Energética Brasileira: uma prospectiva**. *Novos Estudos*, São Paulo, N° 79, p. 47 - 69, nov. de 2007.

VIANA E SILVA, Caroline Cordeiro. **ESCOLA DE COPENHAGUE: Ruptura ou Continuidade?** Disponível em:

<http://www.encontronacional2013.abri.org.br/resources/anais/20/1369958734_ARQUIVO_CarolineCordeiroVianaSilvaeAlexsandroEugenioPereira.pdf>. Acesso em: 10 out. 2013.

WÆVER, Ole. **Securitization and Desecuritization**. In.: *On Security*. Ronnie Lipschutz (organizador). Nova Iorque: Columbia University Press, 1995.

_____. Security. **The Speech Act. Analysing the Politics of a Word**. Working Paper *COPRI*, N° 19, 1989.

_____; BUZAN, Barry; KELSTRUP, Morten; LEMAITRE, Pierre. **Identity, Migration and the New Security Order in Europe**. London: Pinter, 1993.